

**FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA**

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

YURI DE MACEDO CARNIELLO

ANÁPOLIS
2015

YURI DE MACEDO CARNIELLO

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Artigo apresentado à Coordenação da Faculdade Católica de Anápolis para obtenção do título de Especialista em Docência Universitária sob orientação da Prof^a. Ma. Allyne Chaveiro Farinha.

ANÁPOLIS
2015

YURI DE MACEDO CARNIELLO

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Especialização em Docência Universitária da Faculdade Católica de Anápolis como requisito para obtenção do título de Especialista.

Anápolis-GO, 28 de Março de 2015.

APROVADA EM: _____ / _____ / _____ NOTA _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ma. Allyne Chaveiro Farinha
Orientadora

Prof^a. Esp. Aracelly R. Loures Rangel
Convidada

Prof^a. Ma. Maria Inácia Lopes
Convidada

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Yuri de Macedo Carniello¹

Allyne Chaveiro Farinha²

RESUMO: O intercâmbio de conhecimentos técnicos, científicos, tecnológicos e culturais é uma prática em ascensão no mundo globalizado, e também importante instrumento de promoção do desenvolvimento de países, no enfrentamento de tensões externas e no estreitamento de laços político-econômicos. O processo de internacionalização obedece a uma lógica particular e é orientado por motivações, que se transformam no tempo em função de infraestruturas, atores e interesses envolvidos. Este trabalho apresenta uma visão geral sobre a internacionalização do ensino superior brasileiro, analisando as ações e políticas desde os primórdios até os desafios atuais enfrentados pelos atores deste campo, no que diz respeito a sua representatividade para o país, sua missão de inseri-lo no cenário geopolítico do conhecimento educacional mundial e gerar desenvolvimento social. O intuito foi realizar uma síntese, de modo a oferecer compreensão a respeito do processo de internacionalização do ensino superior do Brasil até os dias atuais. Para este trabalho foram feitas pesquisas bibliográficas em sites da internet, livros e artigos sobre o assunto. O trabalho foi dividido em três seções, na primeira apresentou-se um resgate histórico, na segunda foram tratados os desafios e na terceira foram destacados os benefícios. Foram identificados muitos desafios os quais o país deve enfrentar, porém constatou-se que a política de internacionalização é muito benéfica para os cidadãos e economia do Brasil.

Palavras-chave: Ensino Superior. Internacionalização. Geopolítica do Conhecimento.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho foi tratada a internacionalização do ensino superior brasileiro. Foram abordadas algumas características do processo de internacionalização do ensino superior do Brasil, descrevendo seu desenvolvimento no país. É um fenômeno que faz parte da globalização e já afeta o setor educacional mundial, por isto a necessidade de estudá-lo.

Dada a importância desse processo pretendeu-se contribuir para o estudo do fenômeno da internacionalização do Brasil, analisando pesquisas já realizadas nesta área e apresentando um panorama da realidade atual, a fim de possibilitar a

¹ Graduada em Relações Internacionais pela PUCGO - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Secretária do NAI - Núcleo de Assuntos Internacionais do Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA.

² Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás e professora titular da Faculdade Católica de Anápolis.

futura comparação com o que vem também ocorrendo em outros países. Pretendeu-se ainda analisar o modo como as políticas governamentais nesta área vêm sendo criadas e implantadas no país. Para tanto, utilizou-se de extensa pesquisa bibliográfica através de artigos, livros e revistas que subsidiaram a realização da pesquisa.

Para melhor sistematização, dividiu-se o estudo em três seções, na primeira apresentou-se um resgate histórico da internacionalização educacional, na segunda seção foram tratados os desafios atuais, e na terceira foram destacados os benefícios da internacionalização do ensino superior para o país.

1 O HISTÓRICO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Historicamente, tanto a educação quanto a internacionalização da educação superior no Brasil estiveram fortemente subordinadas ao Estado e ao Governo Federal,

[...] sendo que estes definem as políticas públicas e implantam mecanismos de regulação no âmbito da educação: estabelecem, divulgam e avaliam os resultados alcançados com acordos bi e multilaterais; preveem recursos financeiros que viabilizem a participação de estudantes, professores e pesquisadores nos programas de mobilidade internacionais; e garantem a participação das universidades públicas e institutos de pesquisa mantidos pelo Estado no processo de internacionalização, preservando os interesses estratégicos do país³.

Foi na segunda metade do século XX que a cooperação ampliou-se e teve repercussões na educação superior. De 1930 aos dias atuais, o processo de internacionalização no Brasil sofreu sucessivas modificações, decorrentes de fatores internos como: heterogeneidade do sistema de educação superior brasileiro, descontinuidade política entre os diferentes governos, transformação de necessidades identificadas e alteração de motivações que justificavam investimento em política de internacionalização, além da maior ou menor disponibilidade de recursos financeiros. Já os fatores externos podem ser: interesse de natureza acadêmica, política e econômica⁴.

Entre 1930 e 1950 o processo de internacionalização foi induzido por políticas públicas formuladas pelo Governo Federal e por ações executadas pelas agências governamentais, comprometidas com o fortalecimento das universidades

³ MORHY, L., 2004, apud LIMA, M. C.; CONTEL, F. B., p. 48-53.

⁴ LIMA, M. C.; CONTEL, F. B., 2011, p. 157.

públicas recentemente criadas. Através dessas ações foi possível aprimorar a formação dos professores necessários à consolidação do projeto acadêmico das instituições emergentes e de universidades formadas da união de conglomerados de instituições isoladas⁵.

Nesse período houve grande influência francesa através de programa de cooperação entre as duas nações, estabelecendo fortes relações entre a comunidade acadêmica francesa e a emergente universidade brasileira. Este acordo foi responsável pela acolhida de expressivo contingente de professores, cujo trabalho realizado influenciou na formação da cultura acadêmica nas áreas formadas pelas Ciências Humanas e Sociais. Embora os estudantes, professores e pesquisadores sejam protagonistas do processo de cooperação acadêmica, o Governo Federal foi o responsável pela definição de políticas de internacionalização da educação e as agências governamentais foram responsáveis pelo desenvolvimento de uma cultura acadêmica internacional, firmando e divulgando acordos de cooperação⁶.

Cabe ressaltar que ainda hoje as agências governamentais possuem um papel fundamental, pois tem como função trabalhar para a ampliação do número de programas consistentes e pertinentes, e buscar alternativas de financiamento. Ilustram alguns exemplos de suas ações: A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); e a Superintendência e Cooperação Internacional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SCI/CNPQ)⁷.

Com o pretexto de criar uma instância responsável pela execução de projetos subordinados ao Tratado da Aliança para o Progresso, a *United States Agency for International Development* (USAID) foi criada. Em 1961, a Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso (COCAP) foi formada no Brasil e, com a preocupação de assegurar os recursos, em moeda nacional, necessários para execução dos projetos priorizados pela COCAP, em 1965 foi criado o Conselho Técnico da Aliança para o Progresso (CONTAP)⁸.

⁵ ROSSATO, R., 1989 apud LIMA, M. C.; CONTEL, F. B., 2011, p. 161.

⁶ LIMA, M. C.; CONTEL, F. B., 2011, p. 161.

⁷ CHERMANN, L. P., 1999 apud LIMA, M. C.; CONTEL, F. B., 2011, p. 161.

⁸ LIMA, M. C.; CONTEL, F. B., op cit, 166.

As ações em prol da modernização da educação superior no Brasil, que já era influenciada pelo modelo estadunidense, foram intensificadas nos anos 1960 pelos governantes do período militar. Durante este período, o processo de internacionalização permanece induzido pela formulação de políticas públicas voltadas para a educação superior. Além de desejar influenciar na modernização do sistema de educação superior por meio da profissionalização da gestão de universidades, havia o desejo de reestruturação curricular, especialmente através da ampliação do número de mestres e doutores necessários à consolidação do projeto acadêmico e ao crescimento das matrículas. Eram requeridos pesquisadores e profissionais com a expertise necessária para atender o projeto de modernização das instituições públicas e o projeto desenvolvimentista formulado para o país, embasado na diversificação do parque industrial nacional, com vistas a conferir maior autonomia ao Brasil⁹.

A USAID encarava o ensino superior como elemento de formação de recursos humanos que eram necessários para o aumento da produção industrial e da produção agrícola. A prioridade foi investir no desenvolvimento de projetos de consultoria que garantissem a formulação de diagnósticos confiáveis, colaborassem na elaboração do projeto de reforma das universidades brasileiras e nortearassem a concepção e implantação de planos de ação que tivessem os efeitos desejados¹⁰.

Os laços de cooperação com as universidades anglo-americanas foram estreitados com a vinda de professores-consultores, com importantes investimentos para os cursos de pós-graduação e a multiplicação do número de bolsas de estudo que permitiram a ampliação do número de pós-graduados, mestres e doutores¹¹.

Cunha explica:

Antes de 1964, a influência paradigmática das universidades norte-americanas era espontânea e atomizada, pois se exercia principalmente pela ação, no Brasil, dos bolsistas retornados e dos diversos contratos de assistência técnica e financeira do Ponto IV e da USAID. Depois de 1964, não só essas agências desenvolveram programas maiores e articulados para o ensino superior, como também o Ministério da Educação não tardou a contratar norte-americanos para que orientassem a organização do nosso ensino superior e convocá-los para participarem junto com o Governo brasileiro no planejamento desse grau de ensino.¹²

⁹ LIMA, M. C.; CONTEL, F. B., 2011, p. 167.

¹⁰ CUNHA, L. A., 2007, apud LIMA, M. C.; CONTEL, F. B., p. 156.

¹¹ LIMA, M. C.; CONTEL, F. B., op cit, 167.

¹² CUNHA, L. A., 2007, apud LIMA, M. C.; CONTEL, F. B., op cit, 155.

No período entre 1980 e 1990 verifica-se que os investimentos realizados pelo Governo Federal no desenvolvimento científico das universidades públicas foram responsáveis pela ampliação desses mesmos programas, já que eram considerados estratégicos, porque desempenhavam triplo papel, segundo Velho:

a) colaboravam para a consolidação do sistema de educação superior brasileiro à medida que tinham como principal responsabilidade formar docentes e pesquisadores que respondessem às necessidades do sistema público e privado de ensino superior; b) liderar processos de produção e difusão de conhecimentos capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico do país; c) formar profissionais capacitados para responder aos desafios de um país em desenvolvimento.¹³

No curso da década de 1980, houve condições para que os programas de cooperação acadêmica internacional inaugurassem formatos que, na essência, buscavam ultrapassar as relações de subordinação entre os cooperadores envolvidos, evoluindo assim para experiências mais igualitárias, desenvolvidas por meio da integração de grupos interinstitucionais e de paridade científica entre os cooperadores brasileiros e internacionais. A principal motivação dos programas de internacionalização está ligada à realização de atividades capazes de fortalecer o desenvolvimento nacional, seja no nível da formação de quadros, seja na produção e difusão de conhecimento¹⁴.

Nas décadas de 1980 e 1990, ações articuladas entre representantes do Ministério da Educação e Cultura (MEC), Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Ministério da Ciência e Tecnologia (MC&T) foram responsáveis pela expansão e evolução qualitativa do processo de internacionalização da educação superior do Brasil, em razão de investimentos canalizados na criação e consolidação de institutos de pesquisa, especializados em áreas estratégicas das políticas públicas¹⁵.

Houve a ênfase em projetos de pesquisa conjuntos, uma vez que o Governo Federal desejava ampliar condições que favorecessem a criação e consolidação de grupos de pesquisa, orientados por temas de interesse convergente, cujos resultados fortalecessem os pesquisadores, os grupos de pesquisa, a área de conhecimento investigada, as instituições envolvidas, e o desenvolvimento regional. Dessa forma, objetivava-se: “alcançar resultados mais consistentes e imprimir maior

¹³ VELHO, L., 1998 apud LIMA, M. C.; CONTEL, F. B., 2011, p. 171.

¹⁴ LIMA, M. C.; CONTEL, F. B., 2011, p. 171.

¹⁵ Ibid, p. 173.

nível de racionalidade às decisões do investimento, no que se refere aos recursos financeiros e os recursos materiais e humanos envolvidos”¹⁶.

As políticas públicas associadas a planos de ação direcionam o trabalho realizado pelas agências governamentais na organização de atividades comprometidas com a formação de professores e pesquisadores com a produção e difusão de conhecimento. Medidas essas que influem quantitativa e qualitativamente na formação e no fortalecimento da cultura acadêmica no Brasil e contribuem para o alcance de resultados consideráveis, a julgar pelos dados concretos dos circuitos da produção científico-tecnológica¹⁷.

Depois de 1988, as instituições de educação superior comunitárias, confessionais ou filantrópicas passaram a receber recursos públicos, e, após 1997, as instituições privadas puderam se constituir empresas com fins lucrativos¹⁸. Em um período marcado pela saturação do mercado educacional nos países desenvolvidos, pela necessidade de as universidades de padrão mundial trabalharem para ampliar sua margem de autofinanciamento, e pela disputa por novos mercados educacionais na direção da internacionalização das atividades, a legislação brasileira em vigor é atrativa tanto para a execução de projetos consequentes, quanto para implantação de projetos oportunistas em termos educacionais¹⁹.

No âmbito mundial, a falta de investimento público em educação superior, por um lado, e o crescente processo de privatização do sistema de educação superior, por outro, fizeram com que, de 2000 em diante, o processo de internacionalização da educação superior perdesse grande parte da chancela do Estado e ganhasse uma dimensão mais mercantil, com características marcantes como: expressiva multiplicação de provedores; uma combinação de motivações comerciais e acadêmicas; e os serviços e as formas de entrega dos produtos educacionais foram igualmente diversificados²⁰.

Dessa forma, acontece a multinacionalização da educação superior, conforme explicam LIMA, M.C; CONTEL, F.B.:

[...] grupos econômicos e algumas instituições de educação superior agem como verdadeiras multinacionais ao abandonar operações em um local fixo e passarem a conceder franquias e criarem filiais em diversos países. Com

¹⁶ AVELLAR, S., 2008; LAUS, S. P., 2003 apud LIMA, M. C.; CONTEL, F. B., 2011, p. 174.

¹⁷ LIMA, M. C.; CONTEL, F. B., 2011, p. 174.

¹⁸ Ibid, p. 184.

¹⁹ Ibid, p. 187.

²⁰ Ibid, p. 190.

isto, buscam recrutar estudantes pagantes com a oferta de cursos de formação e capacitação; oferecem consultorias na criação de instituições, programas, cursos e currículos; formam parcerias com a intenção de captar financiamento de pesquisas; criam redes globais de pesquisa; fazem concessão de franquias e abrem campus auxiliares.²¹

As políticas governamentais atuais têm sido motivadas para impulsionar o desenvolvimento nacional. O fortalecimento das instituições de educação, por meio dos programas de mestrados e doutorados, contribui para a melhoria da formação científica de professores e pesquisadores, além de fortalecer os projetos que produzem ciência e tecnologia capazes de incrementar as especialidades de que necessita o desenvolvimento econômico do país.

2 OS ATUAIS DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

O mercado de trabalho e as pressões da sociedade por acesso ao ensino superior vêm transformando as características das Instituições de Ensino Superior, haja vista que muitas destas instituições acabam tornando-se empresas que visam lucro e rendimento²². Diante dessa tendência à comercialização do ensino superior, há um movimento para a inclusão da educação nas regras do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (*General Agreement on Tariffs and Trade - GATT*) estimulada pela Organização Mundial do Comércio (OMC), já que o controle da educação representa possibilidades de grandes lucros. Neste caso, a educação seria percebida como uma mercadoria e não um bem público, voltada apenas para lucratividade.

Nota-se que os grandes conglomerados educacionais e as universidades dos países desenvolvidos são os novos neocolonialistas, pois, não dominam as nações por razões políticas e ideológicas, mas por negociações comerciais, resultando na diminuição da autonomia intelectual e cultural das nações em desenvolvimento. A colaboração acadêmica, troca intelectual, e internacionalização estão em segundo plano visto que a principal missão é o lucro. O que se teme com

²¹ LIMA, M. C.; CONTEL, F. B., 2011, p 190.

²² KNIGHT, J.. Cinco verdades a respeito da internacionalização. In: Revista Ensino Superior Unicamp. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/cinco-verdades-a-respeito-da-internacionalizacao>. Acesso em: 06 Novembro 2014.

esta indústria da educação é o aumento da concentração de riqueza, dos recursos produtivos e do conhecimento, potencializando a exclusão social²³.

Outro fator de exclusão é sem dúvidas o domínio de outra língua ao final dos estudos universitários, em especial a língua inglesa, elemento essencial para a inserção do aluno na educação superior internacional. A maioria das universidades de países de língua não inglesa dá aulas em inglês, para permitir o intercâmbio de alunos e docentes, e a quantidade de disciplinas em inglês é o principal fator de internacionalização destas universidades. Sendo assim, é fundamental que o governo invista em programa para o ensino de outras línguas durante o ensino básico e médio capacitando o aluno para se comunicar em uma segunda língua, aumentando suas chances de se beneficiar de estudos no exterior.

No Brasil buscaram-se medidas paliativas, como cursos online de inglês para os estudantes do Programa Ciências sem Fronteiras (PCsF) e parcerias com a Embaixada dos Estados Unidos para concessão de bolsas de estudo em língua inglesa e cultura americana²⁴.

Nessa perspectiva, evidencia-se que o Brasil precisa ampliar a visibilidade do país no exterior e estimular a atração de talentosos estudantes internacionais para as universidades do Brasil, e para tanto é necessário que o Governo brasileiro invista em políticas de vistos menos restritivas, em infraestrutura que garanta mais segurança pública para as pessoas nas cidades, melhor transporte público com a diversificação dos modais aumentando mais as ligações entre os locais dentro das cidades, alojamentos e centro de apoio para estudantes e visitantes, além do barateamento dos custos com este transporte para os estudantes.

Em busca da internacionalização, as universidades devem atualizar e revisar as suas estratégias para que diante da importância do conhecimento, da valorização do capital intelectual dos indivíduos, da revolução da informação e dos meios de comunicação, da criação e manutenção do entendimento entre as nações e da conscientização pela solidariedade com os países menos desenvolvidos, os estudantes obtenham competências essenciais, críticas, acadêmicas, analíticas e

²³ MOROSINI, M.. Estado do conhecimento sobre internacionalização universitária: princípios e práticas. In: GT: Política de Educação Superior/N. 11. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602006000200008&script=sci_arttext#nt. Acesso em: 06 Novembro 2014.

²⁴ MARMOLEJO, F.. Entrevista com Francisco Marmolejo. A internacionalização das universidades vista por três especialistas estrangeiros. In: Jornal da Unicamp – Dezembro 2010. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/entrevistas/a-internacionalizacao-das-universidades-vista-por-tres-especialistas-estrangeiros>. Acesso em: 06 Novembro 2014.

profissionais para sua interação social na sociedade multicultural internacional em constante mudança.

A ausência de uma estratégia para internacionalização nas IES retarda o desenvolvimento e a projeção da instituição no panorama internacional, impossibilitando que se tornem conhecidas, respeitadas e prontas para a competição no mercado educacional mundial²⁵. Ressalta-se ainda que, as universidades devem melhorar os programas de pós-graduação, modernizar seus laboratórios, contratar mais professores e pesquisadores, ampliar a visibilidade do país no exterior, repensar o processo seletivo para ingresso, e a diminuição dos custos elevados das mensalidades.

Observa-se ainda que uma maior articulação com as demais instituições de ensino superior da América Latina e do eixo Sul-Sul, por meio do alinhamento de seus requisitos e intercâmbio de estudantes e professores, permitiria a criação de uma zona de pesquisa pan-latino-americana, garantindo a diminuição da barreira linguística com a oferta de disciplinas do currículo em inglês ou espanhol. Desta forma, poderia se reduzir do tempo para os processos de equivalência e convalidação dos diplomas através de acordos entre as universidades, pois a demora e o temor que a convalidação não seja feita desestimulam os alunos²⁶.

Estimular a cooperação acadêmica internacional, através de convênios e acordos de colaboração científicos e vínculos com centros mundialmente reconhecidos, visando a compatibilidade entre os sistemas educacionais, deve ser uma estratégia de ação das universidades criando um ambiente mais propício, para que professores e estudantes possam realizar períodos reconhecidos de estudos no exterior, além de estimular também o intercâmbio de professores e gestores e sua participação em projetos de investigação colaborativa e congressos e seminários de âmbito internacional.

No que se refere ao sistema curricular, Oliveira (2013) salienta a importância de currículos menos rígidos onde o aluno possa construir suas competências, dessa forma se sairão melhor nos rankings mundiais de universidades, atraindo assim mais estudantes internacionais para o Brasil. O autor afirma ainda que a

²⁵ STALLIVIERI, L.. O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior. Disponível em: http://www.researchgate.net/profile/Luciane_Stallivieri/publications. Acesso em: 06 Novembro 2014.

²⁶ MARMOLEJO, F.. Entrevista com Francisco Marmolejo. A internacionalização das universidades vista por três especialistas estrangeiros. In: *Jornal da Unicamp* – Dezembro 2010. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/entrevistas/a-internacionalizacao-das-universidades-vista-por-tres-especialistas-estrangeiros>. Acesso em: 06 Novembro 2014.

internacionalização tem que ser pensada de uma forma horizontal para não se perpetuar a hegemonia dos estados economicamente desenvolvidos, pois estes já detêm o poder mundial com pesquisas e tecnologias mais desenvolvidas, cultura e educação fortes, o que propaga a sua supremacia e acentua sua posição globalmente no centro das decisões políticas e econômicas. Pautar a internacionalização pela realidade dos países do Norte e pela produção acadêmica basicamente em Inglês significa homogeneizar as características dos diferentes sistemas nacionais de educação superior.

A inserção dos países no processo de internacionalização acarretaria mais equidade social, ajudando as nações menos favorecidas a se desenvolverem, com políticas mais ativas que propiciem visibilidade internacional, acabando assim com as relações desiguais e verticais de subordinação dos países emergentes aos países desenvolvidos assim como às instituições dos países centrais²⁷.

A falta de competitividade acaba gerando a fuga de cérebros, pois os alunos que tem interesse na mobilidade estudantil se direcionam para os países desenvolvidos. Os países que já são reconhecidos pelo poder de atração e acolhimento acadêmico de estudantes, são os que mais atraem estes alunos, que visam chances mais elevadas de sucesso profissional se estudarem nestes países e por lá conseguirem emprego em grandes corporações.

A América Latina vem sofrendo com esta política sistemática de atração de cérebros e transferência de talentos, com a evasão de profissionais da investigação científica e de outros de alta qualificação para países do centro do sistema-mundo, devido a falta de oportunidades nos países periféricos gerando uma disputa por cérebros. Além de representar uma perda para o país “exportador” de cérebros, a evasão representa ganho para o país hospedeiro, que não precisa investir recursos em treinamento e formação do indivíduo para atuar em seu sistema. As melhores universidades procuram os mais talentosos, pois é perceptível que o capital humano é fundamental para o crescimento econômico²⁸.

A preocupação com a fuga de cérebros também está presente no PCsF, pois questiona-se quais serão os incentivos que os estudantes terão para retornar ao país ao concluírem as bolsas de graduação e com qual capacidade o mercado

²⁷ OLIVEIRA, L. M. C. F.. Internacionalização da educação superior: a mobilidade estudantil na pós-graduação brasileira. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/LarissaMariaDaCostaFernandesOliveira-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acesso em: 06 Novembro 2014.

²⁸ LIMA, M. C.; CONTEL, F. B., 2011, p. 131.

brasileiro também absorverá estes pesquisadores que retornam do exterior com seus mestrados e doutorados. Além disso, discute-se também se a ênfase nas áreas da saúde, agronômicas, exatas, científicas e tecnológicas não prejudicaria o desenvolvimento das Ciências Humanas, área que possui carências como nas políticas, no direito, na governança e no empreendedorismo. As Humanidades ficaram desprestigiadas com a implantação do PCsF.

No que tange a graduação-sanduiche o que preocupa é a questão do aproveitamento dos créditos obtidos no exterior pelos alunos e da equivalência entre as disciplinas cursadas fora com as que o estudante cumpriria no Brasil. As instituições brasileiras de ensino superior estão se mobilizando para buscarem acordos de cooperação internacional para proporcionar o aproveitamento dos créditos dos bolsistas²⁹.

Orsi (2013) considera que a corrupção também é problema crescente e deixa em crise a estrutura que se baseia no compromisso e na confiança construídos. Infelizmente, há a presença de agentes e recrutadores que conduzem estudantes pouco qualificados às universidades de todo o mundo. Há também escândalos em que universidades não exigem que seus estudantes frequentem as aulas e os encaminham direto para o mercado de trabalho ilegal, além do problema da falsificação de qualificações, documentos e resultados pelos agentes que estão interessados nas comissões que recebem das universidades³⁰.

É preciso saber quais são as razões para se iniciar o processo de internacionalização da educação superior, de forma que deve ser combatido o mau uso da internacionalização por parte do governo para conseguir números que garantam bons indicadores educacionais, para então usá-la como estratégia para melhorar a posição do país nos rankings mundiais acadêmicos com o intuito de conseguir melhores financiamentos econômicos, acordos institucionais e certificações. Tratar a internacionalização da educação como mercadoria ameaça a relevância e qualidade do ensino superior mundial. É preciso evitar que os estudiosos e estudantes estrangeiros sejam usados somente para se obter retorno econômico ou prestígio global³¹.

²⁹ ORSI, C.. Ciência Sem Fronteiras é elogiado como iniciativa, mas implementação atrai dúvidas. In: Revista Ensino Superior – Unicamp. Disponível em: <http://revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/reportagens/ciencia-sem-fronteiras-e-elogiado-como-iniciativa-mas-implementação-atrai-duvidas>. Acesso em: 06 Novembro 2014.

³⁰ Ibid.

³¹ Ibid.

3 OS BENEFÍCIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PARA O BRASIL

A abertura das universidades para o mundo aproxima as pessoas da ciência. A internacionalização da educação é dever das universidades, pois oferece aos cidadãos a oportunidade de experiências internacionais que os tornem mais competitivos no mercado e capazes de enfrentar a complexidade, a interdependência e a dinamicidade da economia global. Os riscos não superam os benefícios da internacionalização e ações feitas em conjunto pelo Estado e as Universidades é que trarão estes benefícios, nos tirando de uma condição periférica e passiva e garantindo a soberania educacional do país³².

A internacionalização é um processo para atingir metas, podendo ajudar no conhecimento dos valores internacionais e interculturais entre os estudantes, através das melhorias no aprendizado e no ensino, e da interação intercultural que a mobilidade internacional pode trazer, garantindo que os alunos estejam preparados para atuar em um mundo mais interconectado. Servindo à sociedade e à comunidade, integrando sustentavelmente o ensino, aprendizado, a pesquisa e a produção do conhecimento no ensino superior, baseando-se em valores de cooperação, parceria, troca, benefícios mútuos e aprimoramento da capacidade³³.

As relações com corporações internacionais, programas e intercâmbios estudantis em outros países, um currículo internacional sólido leva o estudante a ser mais efetivo na resolução de situações problema, além formarem cidadãos com ampla capacidade técnica e crítica e com conhecimento de alto nível. O intercâmbio de conhecimento e experiências proporciona crescimento qualitativo da graduação, pós-graduação e pesquisa³⁴.

Através da cooperação universitária assegura-se a integração e o desenvolvimento dos povos e das nações, baseando-se no respeito às particularidades de cada população, na solidariedade e formação de uma cultura pacífica e mais justa de equilíbrio para as nações. Estimulando o compromisso dos

³² TELES, A. C. T. O.. Internacionalização acadêmica: um percurso de desafios. In: Revista UFG. Disponível em: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/K-internacionaliza.html. Acesso em: 06 Novembro 2014.

³³ KNIGHT, J.. Cinco verdades a respeito da internacionalização. In: Revista Ensino Superior Unicamp. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/cinco-verdades-a-respeito-da-internacionalizacao>. Acesso em: 06 Novembro 2014.

³⁴ TELES, A. C. T. O.. Internacionalização acadêmica: um percurso de desafios. In: Revista UFG. Disponível em: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/K-internacionaliza.html. Acesso em: 06 Novembro 2014.

governos, dos estudantes e das universidades em incentivar a cooperação acadêmica internacional³⁵.

A educação é um bem público e deve ser internacionalizada tendo como base a solidariedade e a cooperação. O Brasil vem se inserindo na dinâmica da internacionalização com a ampliação do número de bolsas estudantis concedidas pelos programas do governo, além dos acordos bilaterais firmados entre IES de vários países³⁶.

O PCsF proporciona a mobilidade internacional dos estudantes, aproximando os grandes pesquisadores internacionais dos grupos acadêmicos brasileiros, além de capacitar melhor a mão de obra com interesse em inovação e pesquisa, e aumentar a vivência internacional de cientistas e pesquisadores. Uma política de relações internacionais acadêmicas colabora para a mudança de classe social por meios honestos, gerando oportunidades para grandes cérebros com pequenas rendas³⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste trabalho foi contribuir para o estudo das características da implantação da internacionalização da educação no Brasil, utilizando-se da análise dos fatos históricos e dos acontecimentos atuais nesta área. Além de instigar o estudo mais aprofundado deste fenômeno mundial atual, através da análise das políticas governamentais e projetos privados de internacionalização do ensino superior do Brasil.

Observou-se que os desafios devem ser vencidos pelos países latino-americanos, suas universidades e seus estudantes, num esforço comum em prol da internacionalização. É uma política necessária e que se mostra ativa e crescente na maioria das nações do planeta, sendo que os meios de comunicação fazem com que as pessoas estejam cada vez mais conectadas e busquem ampliar seus conhecimentos.

³⁵ OLIVEIRA, L. M. C. F.. Internacionalização da educação superior: a mobilidade estudantil na pós-graduação brasileira. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/LarissaMariaDaCostaFernandesOliveira-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acesso em: 06 Novembro 2014.

³⁶ Ibid.

³⁷ TELES, A. C. T. O.. Internacionalização acadêmica: um percurso de desafios. In: Revista UFG. Disponível em: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/K-internacionaliza.html. Acesso em: 06 Novembro 2014.

Os benefícios serão sentidos a longo prazo, quando todos os estudantes que participaram das mobilidades já tenham regressado ao Brasil e as políticas governamentais já estejam mais consolidadas e abrangentes. É um caminho de sucesso, que tirará o Brasil de uma posição periférica e o fará caminhar para a sua inserção no centro da geopolítica mundial do conhecimento.

REFERÊNCIAS

AVELLAR, Sérgio. **Políticas de internacionalização para a educação superior brasileira**. Palestra conferida na XX Reunião Anual do FAUBAI, Bonito/Mato Grosso do Sul, 16 de Abril de 2008.

CHERMANN, Luciane de Paula. **Cooperação internacional e universidade – uma nova cultura no contexto da globalização**. São Paulo: Educ., 1999, 140 p.

CORREIA LIMA, Manolita; BETIOLI CONTEL, Fabio. **Internacionalização da Educação Superior. Nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento**. 2011. São Paulo: Alameda.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista**. 2ª ed. São Paulo, UNESP, 2007.

KNIGHT, Jane. **Cinco verdades a respeito da internacionalização**. In: Revista Ensino Superior Unicamp. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/cinco-verdades-a-respeito-da-internacionalizacao>. Acesso em: 06 Novembro 2014.

MORHY, Lauro. “Brasil – universidade e educação superior”. In: MORHY, Lauro (org.). **A universidade no mundo**. A Universidade em Questão. Brasília: UnB, 2004, p. 25-60.

MARMOLEJO, Francisco. **A internacionalização das universidades vista por três especialistas estrangeiros**. In: Jornal da Unicamp – Dezembro 2010. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/entrevistas/a-internacionalizacao-das-universidades-vista-por-tres-especialistas-estrangeiros>. Acesso em: 06 Novembro 2014.

MOROSINI, Marília. **Estado do conhecimento sobre internacionalização universitária: princípios e práticas**. In: GT: Política de Educação Superior/N. 11. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602006000200008&script=sci_arttext#nt. Acesso em: 06 Novembro 2014.

OLIVEIRA, Larissa Maria da Costa Fernandes. **Internacionalização da educação superior: a mobilidade estudantil na pós-graduação brasileira**. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/LarissaMariaDaCostaFernandesOliveira-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acesso em: 06 Novembro 2014.

ORSI, Carlos. **Ciência Sem Fronteiras é elogiado como iniciativa, mas implementação atrai dúvidas.** In: Revista Ensino Superior – Unicamp. Disponível em: <http://revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/reportagens/ciencia-sem-fronteiras-e-elogiado-como-iniciativa-mas-implementação-atrai-duvidas>. Acesso em: 06 Novembro 2014.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade: nove séculos de história.** Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

STALLIVIERI, Luciane. **O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior.** Disponível em: http://www.researchgate.net/profile/Luciane_Stallivieri/publications. Acesso em: 06 Novembro 2014.

VELHO, Léa. Políticas governamentais e motivações para aproximar pesquisa acadêmica e setor produtivo. In: VELLOSO, J. (org.). **O ensino superior e o MERCOSUL.** Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

TELES, Ana Cecília Teixeira de Oliveira. **Internacionalização acadêmica: um percurso de desafios.** In: Revista UFG. Disponível em: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/K-internacionaliza.html. Acesso em: 06 Novembro 2014.

ABSTRACT

The exchange of technical, scientific, technological and cultural knowledge is a rising practice in globalized world, and also an important instrument for promotion of countries development, in coping with external tensions and narrowing political and economic relations. The internationalization process follows a particular logic and is driven by motivations that are transformed from time to time in terms of infrastructure, actors and interests involved. This paper presents an overview of the internationalization of higher education in Brazil, analyzing actions and policies from the beginnings until the current challenges faced by actors in this field, regarding their representativeness to the country, their mission to inserted it in geopolitical scenario of global education and generate social development. The aim was to perform a synthesis, in order to provide understanding of the internationalization of higher education process in Brazil to present days. For this work were made literature searches on websites, books and articles on the subject. The work was divided into three sections, the first presented a historical review, in second were treated the challenges and in third the benefits were highlighted. Many challenges that the country must face were identified however, it was found that the internationalization policy is very beneficial for citizens and economy of Brazil.

Key words: Higher Education. Internationalization. Geopolitics of Knowledge.